

A ORIGEM E A EVOLUÇÃO DO ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Antonio de Lima Ribeiro

Administrador de Empresas

No Brasil, conforme Mendes (2004, p.1), o ensino superior caracterizou-se desde seus primórdios (1808) por oferecer cursos tradicionais como Direito, Medicina e Engenharia. Quando comparados com esses cursos superiores, a formação de administradores tem uma história bem mais recente.

A crescente complexidade e magnitude das organizações e a criação das primeiras linhas de montagem nos Estados Unidos, no início do século XX, separando claramente o trabalho manual do trabalho intelectual (Ribeiro 2003, p.18), deu origem à necessidade de formação profissional de administradores em nível superior naquele país. Essa tendência foi posteriormente sendo expandida para a Europa e para o restante do continente americano. No Brasil o processo de industrialização só será implementado após a Revolução de 1930 e com a adoção do modelo econômico denominado "capitalismo autônomo". Em decorrência do alargamento das fronteiras do Estado, este se vê na contingência de alavancar o surgimento dos primeiros cursos superiores de administração no País, destinados a formar a mão-de-obra especializada, requerida pela nova situação.

O ensino da administração no Brasil tem sua origem na criação do DASP - Departamento de Administração do Serviço Público, em 1938, no governo Vargas. O DASP foi criado para estabelecer um padrão de eficiência no serviço público federal e para criar canais mais democráticos para o recrutamento e seleção de recursos humanos para a administração pública, através de concursos de caráter universal e público. Seguindo-se à criação do DASP, o governo autorizou aquele Departamento a constituir uma outra instituição, denominada Fundação Getúlio Vargas (FGV), voltada para as seguintes atribuições fundamentais: o estudo das organizações e da racionalização do trabalho e a preparação de quadros profissionais em nível superior.

Tais quadros se destinariam não só às empresas privadas como também ao serviço público em geral. A Fundação Getúlio Vargas foi constituída em 1944 através do decreto 6.933 e ficou localizada próxima aos círculos dominantes do poder, à época, no Distrito Federal (Rio de Janeiro). Em 1948, representantes da FGV realizaram visitas a inúmeros cursos de administração pública nos Estados Unidos, para conhecer o funcionamento desses cursos, e a respeito dos quais o Brasil não tinha experiência na organização e funcionamento.

Com a realização dessas visitas, abriram-se canais de comunicação que favoreceram a realização de encontros entre representantes da FGV e de escolas e professores americanos, visando a criação no Brasil de uma escola de nível superior voltada para a formação e treinamento de especialistas em administração pública. Em decorrência desses encontros entre a FGV e professores e instituições de ensino americanas, formou-se a EBAP - Escola Brasileira de Administração Pública em 1952. A criação dessa Escola teve o apoio da ONU e da UNESCO, através de convênios de cooperação técnica e científica, que previam a manutenção de professores estrangeiros temporariamente no Brasil e o fornecimento de bolsas de estudo para se promover o treinamento e o aperfeiçoamento de futuros docentes brasileiros no Exterior.

Conforme assinala Martins (1989, p.663), o ensino da administração no Brasil, desde o seu início, estabeleceu fortes vínculos com o sistema de ensino americano, inclusive com a utilização de bibliografia, modelos curriculares e mesmo com a participação de professores americanos como docentes nos primeiros cursos aqui realizados. Na visão de Martins (o.c., p.676), o objetivo preponderante da FGV era a formação de quadros de especialistas para atender ao setor produtivo. Seguindo-se ao surgimento da EBAP, no então Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1952, a FGV promoveu a criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) em 1954. A cidade de São Paulo foi escolhida por ser considerada o centro das atividades econômicas e produtivas do Brasil.

Mas o estabelecimento de uma escola de ensino superior foi considerada dispendiosa, o que levou a Fundação Getúlio Vargas a buscar recursos junto aos governos federal e estadual e empresas privadas.

Para iniciar as atividades, a EAESP fez convênio com a USAID, agência governamental americana, voltada para o desenvolvimento internacional. Pelos termos desse convênio, o governo dos Estados Unidos se comprometia em manter junto a EAESP uma missão universitária de especialistas em administração de empresas. Tais especialistas foram recrutados na Universidade Estadual de Michigan, que já possuía experiência na montagem de cursos de administração no exterior. Por seu turno, a FGV enviaria docentes brasileiros para estudos de pós-graduação nos Estados Unidos, com a finalidade de gerar quadros docentes próprios e permitir o retorno dos professores americanos, que assim teriam sua tarefa concluída. Esta missão americana atuou na EAESP até 1965 (Revista Brasileira de Administração RBA/CFA - Ano IX, nº 25 de maio/1999 p.5-14). Dentro dessa visão histórica, é preciso mencionar também a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, que reuniu as faculdades e escolas existentes. Na USP, em 1946, foi criada a Faculdade de Economia e Administração - FEA, com o objetivo de formar funcionários para as grandes organizações públicas e privadas. Mas a FEA somente anos mais tarde passou a oferecer cursos de administração.

Assim como a Fundação Getúlio Vargas, através da EBAP e EAESP, também a Faculdade de Economia e Administração foi criada com um objetivo bem definido: formar especialistas em administração, abrangendo a organização do trabalho, a racionalização de atividades, a elaboração e a gestão de orçamentos, a comercialização e a gerência do patrimônio e administração de pessoas. Os cursos inicialmente oferecidos foram de economia e de contabilidade. Os primeiros administradores se formaram na FEA somente em 1964 (Revista citada). Todas essas instituições, conquanto tivessem um papel de vanguarda, pois ofereciam formação de boa qualidade e atualizada, tinham em suas origens as demandas oriundas dos sistemas econômicos, que reclamavam quadros aptos a lidar satisfatoriamente com a administração do modelo econômico vigente no Brasil.

A origem do ensino da administração no Brasil está relacionada à formação social brasileira e ao estágio de desenvolvimento econômico e social brasileiro. Conforme Castro (1981, p.58-61), no ano de 1952 os Estados Unidos já formavam aproximadamente 50 mil bacharéis, 4 mil mestres e 100 doutores, por ano, em administração. Acrescenta Covre (1981, p.92), que a primeira turma de administradores formados pela EAESP, em 1958, tinha apenas 17 bacharéis. Tendo o ensino da administração no Brasil começado na Região Sudeste, (Rio de Janeiro e São Paulo), sob forte influência do sistema de ensino americano, com relação à bibliografia, grade curricular, métodos de ensino e conhecimentos transmitidos, este modelo acabou inspirando e servindo de pólo e fonte de referência para a organização dos demais cursos que se constituíram nas diversas regiões do Brasil nos anos que se seguiram. No Brasil, o surgimento dos cursos foram fortemente condicionados por fatores sociais e econômicos ocorridos a partir da 3ª década do século XX.

Conforme Albuquerque (1981, p.573-602), a revolução de 1930, inaugurando a Era Vargas, ocorreu, em parte, por resultado de manifestações de grupos que na sociedade buscavam melhores condições de vida e a resposta das camadas dominantes foi no sentido de que " façamos a revolução, antes que o povo a faça". Esse movimento resultou numa junção e caldeamento de forças políticas que iriam permitir, ao longo do percurso, o aparecimento de uma chamada "democracia populista", cujo modelo se caracterizava por um autoritarismo forte e permanente, um congresso conivente ou adequadamente silenciado e por medidas populares ao gosto de uma larga faixa de uma população brasileira marginalizada (Criação do Ministério do Trabalho, criação de sindicatos de trabalhadores, revisão da lei de acidentes de trabalho, criação das normas de conciliação do trabalho, normas de direito a férias e criação dos institutos de aposentadoria). Contribuiu também para o sucesso vitorioso do movimento de 1930, em nível externo, o que veio a se chamar de "grande depressão". Seu efeito mais visível foi a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, quebra esta que na sua raiz, exibia e trazia claramente os sinais do desmoronamento dos conceitos econômicos até então praticados, ou seja, o capitalismo liberal.

O capitalismo liberal, como modelo econômico, definia que "O Estado não deve interferir na economia, mas apenas garantir a livre iniciativa e a propriedade dos meios de produção" (Japiassú, 1999, p.163). Mas a imensa crise global de 1929 fez emergir nos países centrais e periféricos uma nova ideologia, que significava em essência "a redefinição das funções do Estado, pela qual este passa a se caracterizar como agente planejador" (Pereira e Grau, 1971, p.13-14). Na visão de Covre, (o.c., p.61-66), os governos Vargas são representativos de um projeto social de desenvolvimento, progressista, não negador do

capitalismo - mas com uma opção do que era historicamente possível de se fazer na época - o chamado "capitalismo autônomo".

Este modelo econômico trazia junto uma equação com 2 eixos fundamentais:

- A industrialização, consistindo na implantação, se possível acelerada, de um parque fabril suficientemente amplo para substituir as importações e atenuar a dependência do Brasil perante os mercados externos; e
- O planejamento econômico do Estado, que vinha valorizar o planejamento estatal, com a relevância da técnica e da racionalidade.

A prática desse novo modelo de gestão econômica resultou no alargamento das fronteiras do poder do Estado, que assumiu um papel crescentemente intervencionista e regulador na sociedade brasileira.

Conforme assinala Souto Maior (1969, p.399) a Constituição de 1934 tinha tendências reformistas com relação ao papel do Estado; seu artigo 116 dava poderes à União para monopolizar "por motivos de interesse público" determinadas indústrias. Observa ainda o autor que a constituição outorgada de 1937 seria bastante autoritária, reforçando o papel intervencionista do Estado. Pelo texto constitucional, o Presidente seria

"a autoridade suprema do Estado, que coordena os órgãos representativos de grau superior, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interesse nacional e superintende a administração do País".

Reconhece Taunay (1969, p.87) que na administração Vargas houve uma quase supressão da autonomia dos estados e elevado aumento de atribuições do poder central, caracterizando seu papel centralizador da vida nacional. O uso da técnica como solução dos problemas sociais, econômicos e políticos, valorizou e determinou a necessidade da formação de uma burocracia técnica, não somente nas grandes organizações privadas como especialmente na administração pública, naquela hora, e mais do que nunca, voltada para os superiores deveres de planejar, racionalizar, definir e estabelecer a ação de um Estado crescentemente mais atuante e participativo.

Contudo, a Escola da época não estava aparelhada para formar quadros de técnicos aptos para lidar com o planejamento, com as informações e com a tomada de decisões. Destaca Paschoal Lemme (1988, p.64) que desde de 1920, em várias unidades da federação foram feitas reformas de ensino, impulsionadas pelo desejo de tirá-lo dos velhos padrões que remontavam aos tempos do Império e até mesmo ao Brasil-Colônia. O uso coordenado de informações e o domínio das técnicas de produção, comercialização e administração, requeriam um tipo de profissional cuja educação livresca e ornamental, característica dos anos 1920, já não era mais capaz de produzir.

Gadotti (1995, p.110) chama essa educação do início do século de "ensino oligárquico", nitidamente estilista, cuja tradição vinha do Brasil-Colônia. As idéias desenvolvimentistas, originárias de um Estado mais poderoso, precisariam encontrar na escola o instrumento ideal para a disseminação da nova ideologia desenvolvimentista posta em prática no período Vargas. Já em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinalava a necessidade de se criarem novos e outros cursos superiores, além dos existentes. Este documento, conforme Paschoal Lemme, (o.c., p.103), continha

"a orientação geral a que deveria obedecer uma política educacional, pelo poder público, na organização do ensino público, em todos os seus aspectos, modalidades e níveis, e em todas as esferas administrativas"

Estava pavimentado o caminho para o surgimento dos cursos de administração no Brasil, e reforçada a idéia da necessidade de formação de administradores em nível superior.

De forma significativa nos anos seguintes a 1950, conforme assinala Souto Maior (1969, p.409), o país via a criação de fábricas de caminhões, tratores, automóveis, hidroelétricas, estradas e rodovias, expansão da indústria do aço e do petróleo, construção naval, construção de Brasília e outros, o que privilegiou o surgimento e expansão natural de grandes organizações para a execução desses projetos. Essas organizações, estrangeiras, nacionais privadas e governamentais, pela sua própria complexidade, passaram a adotar a profissionalização de seus quadros, tendo em vista o tamanho e a magnitude das respectivas estruturas. Isto gerou um espaço potencial para o aproveitamento de tantos administradores profissionais quanto as escolas pudessem formar, resultando no aumento de número de escolas superiores de administração no país.

A orientação imprimida pela Revolução de 1964 exacerbou esse processo e a reforma do ensino superior de 1968 criou uma situação favorável à expansão das escolas superiores que, conforme assinala Freitag (1980, p.35), atuam no interesse da estrutura de dominação estatal, ou em última instância, alinhada com grupos hegemônicos na sociedade. Segundo dados do INEP, o número de administradores formados por ano no Brasil é de 55.000, aproximadamente, e os cursos de administração existentes somam mais de 1500 (MEC/INEP), com predominância dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Pequena história da formação social brasileira. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1981, p.522, 573-602.
- CASTRO, Cláudio de Moura. O ensino da administração e seus dilemas: notas para debates. Revista de Administração de Empresas v. 21, nº 2 p. 51 - 61 julho / setembro de 1981.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. A formação e a ideologia do administrador de empresa. Petrópolis: Vozes, 1981, p.61-66 e 92 .
- FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. São Paulo: Editora Moraes, 1980, p. 35.
- FURTER, Pierre. Educação e reflexão. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, p.13.
- GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação. São Paulo: Editora Cortez, 1995. p. 110, 111 e 153.
- JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia, 3ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999. p. 51, 145, 163, 215, 235, 268.
- LEMME, Paschoal. Memórias vol. 2. São Paulo: Editora Cortez, 1988, p.64, 103.
- MARTINS, Carlos Benedito. Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil. São Paulo: Ciência e Cultura, 1989 p. 663 -676.
- MENDES, Dumerval Trigueiro. O planejamento educacional no Brasil. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004, p. 1.
- PEREIRA, Luiz C. B. e GRAU, Nuria C. (orgs.) O público não estatal na reforma do estado in. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999 p.13-14.
- RIBEIRO, Antonio L. Teorias da administração. São Paulo: Editora Saraiva, 2003 p.5, 18, 36, 54, 58, 59, 71,86, 94, 118-121, 126, 132-134 e 139-140.
- SILVA, Anielson Bárbara da. Caracterização do administrador na era da informação e do conhecimento. Revista Brasileira de Administração, ano XI, nº 32, p.6-14, 31.
- SOUTO MAIOR, A. História do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p.399, 401.
- TAUNAY, Alfred E. História administrativa e econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1969, p. 87.